

# O mito da doutrinação ideológica nas escolas

**Resumo:** Esse artigo sintetiza uma pesquisa que, através do uso de metodologias qualitativas e quantitativas cruzadas, teve como objetivo oferecer uma contribuição com a bibliografia sobre o Escola Sem Partido (ESP), movimento articulado em especial através de redes sociais digitais, que acredita que há uma doutrinação de esquerda por parte dos professores contra jovens e crianças das escolas brasileiras. Foi realizado um *survey* para mapear a permeabilidade das ideias do movimento nas comunidades escolares e a identificação e dimensionamento desses grupos que às promovem. Verificou-se que se trata de uma minoria formada majoritariamente por homens brancos, pais de estudantes, em especial de escolas particulares. A partir da identificação do grupo, foram feitas análises sobre sua gênese na sociedade brasileira – com apoio de reflexões de Jessé Souza – e também sobre os interesses que fazem das escolas seu principal alvo, tendo em conta o pensamento de Pierre Bourdieu acerca do papel cultural das instituições de ensino.

**Palavras-chave:** escola sem partido; educação; política; sociologia; doutrinação ideológica.

Bruna Amaral Lanzillotti Barreto  
Universidade Federal Fluminense  
- UFF  
brulanzillotti@gmail.com

## The myth of indoctrination in brasilian schools

**Abstract:** This article synthesizes research that, using qualitative and quantitative methodologies crossed, aimed to offer a contribution to the bibliography on Escola Sem Partido (ESP), a movement articulated especially through digital social networks that believes that there is a left-wing indoctrination by teachers against young people and children in Brazilian schools. A survey was carried out to map the permeability of the movement's ideas in school communities and the identification and dimensioning of these groups that promote them. It was found that this is a minority formed mostly by white men, parents of students, especially from private schools. From the identification of the group, analyzes were made about its genesis in Brazilian society – with the support of reflections by Jessé Souza – and also, about the interests that make schools its main target, considering Pierre Bourdieu's thinking about the cultural role of educational institutions.

**Keywords:** unpolitical schools; education; politics; sociology; indoctrination.

## El mito del adoctrinamiento ideológico en las escuelas brasileñas

**Resumen:** Este artículo sintetiza una investigación que, mediante el uso de metodologías cualitativas y cuantitativas cruzadas, tuvo como objetivo ofrecer un aporte a la bibliografía sobre Escola Sin Partido (ESP), un movimiento articulado en particular a través de las redes sociales digitales que cree que existe un adoctrinamiento de izquierda por maestros contra jóvenes y niños en las escuelas brasileñas. Se realizó uno *survey* para mapear la permeabilidad de las ideas del movimiento en las comunidades escolares y la identificación y dimensionamiento de estos grupos que las promueven. Se encontró que se

trata de una minoría formada en su mayoría por hombres blancos, padres de alumnos, especialmente de colegios privados. A partir de la identificación del grupo, se hicieron análisis sobre su génesis en la sociedad brasileña – con el apoyo de reflexiones de Jessé Souza – y también sobre los intereses que hacen de la escuela su principal objetivo, teniendo en cuenta el pensamiento de Pierre Bourdieu sobre el papel cultural de las instituciones educativas.

**Palabras Clave:** escuela sin partido; educación; política; sociología; adoctrinamiento ideológico.

## Introdução

Acusando professores de doutrinação ideológica, em uma cruzada contra os debates de gênero, sexualidade, classe e raça nas escolas, o movimento Escola Sem Partido (ESP) ganhou relevância no campo da educação no Brasil a partir de 2014, período de acirramento da polarização e avanço do conservadorismo que tem marcado a política brasileira nos últimos anos. Na época, os irmãos Bolsonaro propuseram os primeiros projetos de lei com conteúdo de intimidação aos docentes que trabalhassem temas que “ferem a moral dos pais”. Assim, a ideia foi ganhando volume, a despeito da completa inexperiência dos principais porta-vozes dos projetos em políticas educacionais.

Desde então, muitos pesquisadores do campo da educação já se debruçaram sobre a questão<sup>1</sup>, apontando diversas controvérsias pedagógicas, jurídicas e éticas sobre o conteúdo do projeto e o discurso de seus defensores. Um tema é recorrente nas análises: não há um enfoque relevante em levantamentos sistemáticos que apontem se o problema da “doutrinação ideológica” efetivamente existe e qual a percepção de estudantes, pais e professores. É nessa abordagem quantitativa, subutilizada, que esta pesquisa pretende apresentar uma contribuição.

A hipótese norteadora desse esforço, desenvolvida após as análises bibliográficas e documentais sobre o ESP, é de que o movimento faz uma leitura equivocada da realidade quando afirma que há uma hegemonia de esquerda nas escolas, uma vez que essa hegemonia não se confirma na prática – tanto da experiência cotidiana na educação pública quando de estudos do campo da educação. Na verdade, o que suas propostas objetivam é a manutenção de um sistema de dominação do qual são beneficiários. Dessa forma, o objetivo de fundo deste estudo foi refletir sobre as disputas no campo da educação, fundamentalmente no que tange a sua função, tendo como ponto de partida esse ator político.

1 Os livros *A ideologia do movimento Escola Sem Partido* (Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2016) e *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* (Frigotto, 2017) compilam diversos artigos de qualidade sobre o tema. Destaco o de Bicalho, Cunha e Santa Bárbara (2017), o qual aborda o tema a partir da Análise do Discurso, destacando sua lógica militar e autoritária. Penna (2017) trabalha o ESP como uma chave de leitura do fenômeno educacional dissociada do campo da educação e seus especialistas. Santos e Siqueira Júnior (2017) apontam, em suas análises, incoerências e dicotomias entre os projetos de lei do ESP e as tendências internacionais e políticas educacionais. Sobre um enfoque no tema de gênero, ver Miskolci e Campana (2021).

Para colocar essa hipótese em teste, buscou-se compreender se há uma predominância de pessoas identificadas com valores e ideias de esquerda nas escolas e se há padrões sociais nos grupos de opinião sobre o tema. Assim, foi realizado um *survey* focado em identificar como grupos-chave das comunidades escolares – pais<sup>2</sup>, professores e estudantes – percebem o trabalho docente em sala de aula no que tange a possibilidade de uso desse espaço para doutrinação e quais suas expectativas sobre a escola. Parte do questionário consistiu em um teste de posicionamento político e levantamento socioeconômico afim de verificar a distribuição social e política dessas percepções.

Com esse tipo de análise, foi possível compreender tanto o perfil social daqueles que corroboram com as opiniões do ESP, quanto dimensionar o tamanho desse grupo de possíveis apoiadores. Confirmando a hipótese inicial, são majoritariamente pais de estudantes de escola privada, homens e brancos – identificação que traz um ganho de objetividade para apontarmos quais são as disputas reais que esse grupo vem impulsionando no campo da educação no Brasil.

A defesa da neutralidade que paira na superfície dos discursos do movimento ESP é como a ponta de um *iceberg*: representa não mais que 10% do todo. São, entretanto, os 90% submersos que realmente definem a verdadeira estrutura desse *iceberg* político-cultural que se organiza para impor ao sistema educacional brasileiro a moralidade de seus militantes, a despeito de não representarem a pluralidade da população.

O movimento ESP é o *front*, no campo da educação, de uma disputa mais ampla: a reação conservadora aos embates que vêm sendo travados, ao longo dos últimos anos, contra as estruturas de poder mais enraizadas e constituintes da sociedade brasileira perceptíveis nos avanços de pautas como os direitos das mulheres e o combate ao racismo e à homofobia – temas cuja presença na escola é rechaçada pelo ESP.

Nesse viés, as reflexões de Pierre Bourdieu (2007, p. 208) sobre sistemas de ensino fundamentam de forma decisiva esse raciocínio quando apontam que “[...] os esquemas que organizam o pensamento de uma época só se tornam inteiramente compreensíveis se forem referidos ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los [...], pelo exercício, como hábitos de pensamento comuns a toda uma geração”. É pelo medo dessa capacidade dos sistemas escolares,

2 Aqui, “pais” é usado para agrupar pais, mães e demais pessoas responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar dos estudantes.

que o ESP se articula para blindar as escolas de qualquer debate que possa questionar o *modus operandi* das relações de poder na sociedade brasileira, ainda mergulhadas em nossas heranças coloniais racistas e patriarcais e, por isso, profundamente violentas, especialmente com aqueles desprovidos de poder. Esse raciocínio caminha em diálogo com as reflexões de Jessé Souza, que aponta de forma muito lúcida que os donos do poder no Brasil pretendem perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão.

Para aprofundar essas discussões, este artigo se estrutura em três eixos principais: primeiro, uma análise geral do Escola Sem Partido, com o objetivo de caracterizar o movimento e contextualizar o leitor brevemente, considerando a qualidade e quantidade da literatura já disponível sobre o tema. Em um segundo momento, uma análise gráfica e qualitativa dos dados do *survey*. Por fim, um diálogo entre o resultado da análise de dados e algumas reflexões de Jessé Souza sobre a formação da sociedade brasileira, no intuito de compreender a gênese do grupo social que defende o ESP, também com reflexões de Pierre Bourdieu acerca do papel de integração cultural exercido pela escola.

### Contextualizando o movimento “escola sem partido”

“Escola sem Partido, é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras” (Nagib, 2004). É com essa declaração que o movimento se apresenta em seu *site*, um dos espaços no qual essa pesquisa começou em 2019. No ar desde 2004 e recentemente repaginado, o *site* reúne diversos tipos de conteúdo, como instruções, vídeos e artigos de apoiadores, além de incentivar o uso de um canal de denúncias no qual reúnem alguns “casos de doutrinação”.

A argumentação do ESP parte da premissa de que há uma hegemonia de esquerda nas escolas e que esse norte ideológico é responsável pelas feridas na moral defendida pelo movimento. Sua ação mais contundente tem sido, nos últimos anos, o esforço para converter essa moralidade ao status de lei – objetivo que ganhou mais espaço com a ascensão política de discursos conservadores como os da família Bolsonaro, que por muito tempo teve como um dos seus “carros-chefe” a defesa das ideias do ESP. Suas propostas de lei têm sua redação focada em críticas a algumas temáticas presentes nos currículos, programas e livros didáticos,

como gênero, sexualidade e raça, que segundo defensores da iniciativa, notadamente cristãos, são o foco principal dos problemas da educação brasileira. É válido ressaltar que essas críticas aos conteúdos curriculares não são acompanhadas, entretanto, de debates no âmbito pedagógico.

Alguns exemplos disso são os projetos de lei (PL) de autoria de Flávio e Carlos Bolsonaro, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) (PL nº 2974/2014) e na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro (PL nº 867/2014) respectivamente, nos quais não é sequer citado o termo “currículo”. Também políticos cristãos conservadores como o Pastor Erivelton Santana, Magno Malta, Bia Kicis, entre outros, propuseram projetos com redação muito semelhante, disponibilizados para cópia pelo próprio Escola sem Partido<sup>3</sup>.

É possível encontrar uma síntese das opiniões do ESP na *live* publicada nas suas redes sociais em agosto de 2020<sup>4</sup>, chamada “O Escola sem Partido e o STF - *Live 2*”, na qual foi debatida a ação do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou inconstitucional lei alagoana<sup>5</sup> do ESP. No vídeo, Miguel Nagib – indicado no *site* como fundador do ESP – e convidados reforçam que o mote central do discurso é a ideia de doutrinação ideológica de esquerda e de ideologia de gênero. Segundo eles, crianças são incapazes de compreender esse assunto, que apontam ter um nível alto de complexidade.

A noção de “ideologia de gênero” tem sido frequentemente acionada por grupos que combatem ações e debates “[...] que giram em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais, entre outras questões” (Miskolci; Campana, 2017, p. 725-726). Os propulsores da ideia de que gênero – conceito que é objeto de análise acadêmica há algumas décadas – é uma ideologia são essencialmente religiosos, fundamentalmente católicos e evangélicos, que consideram os avanços de direitos sexuais e reprodutivos uma ameaça à suas concepções morais de sociedade e se engajam na retirada desse debate acadêmico do currículo escolar.

Com suas críticas mais agressivas reservadas ao trabalho dos professores, Nagib chega a afirmar que

Não existe nos cursos de formação de professores [...] uma disciplina obrigatória de ética do Magistério. Então os professores nunca são levados a refletir eticamente sobre aquilo que eles estão fazendo, pelo contrário. Eles são levados a imitar os seus

3 Documentos “ESP versão 2.0” disponibilizados no *site*. Ver em: <https://www.programaescolasempartido.org/municipal>. Atualmente o *site* não está mais no ar, mas ainda é possível acessar através do *Wayback Machine*.

4 Um dos últimos vídeos publicados no canal do Youtube do movimento, que não tem atualizações desde o segundo semestre de 2020.

5 Lei nº 7.800, de 5 de maio 2016, julgada inconstitucional pelo plenário do STF em agosto de 2020.

professores, que por sua vez imitaram os seus próprios professores e começam a doutrinar sempre. E isso é o exemplo que eles receberam de seus mestres e aí repetem com seus alunos. [...] O Escola Sem Partido está descortinando um universo de ética profissional que os professores não enxergavam e a sociedade de forma uníssona praticamente reprova esse tipo de comportamento (O escola [...], 2020).

Para Fernando Penna (2017), professor doutor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF), que tem se dedicado ao estudo do movimento, há quatro elementos centrais do discurso do ESP: 1) uma *concepção de escolarização, na qual o professor não é um educador*, mas um instrutor dos alunos que não pode falar sobre a realidade dos mesmos ou fazer associações ao contexto político nacional ou internacional, tampouco mobilizar valores; 2) *a desqualificação do professor*, com as afirmações de que os pais não precisam confiar nos professores e que podem se “defender” com base em critérios do Código de Defesa do Consumidor; 3) *o uso de estratégias discursivas fascistas*, como as referências desumanizadoras aos professores como parasitas, vampiros, carrapatos; e 4) *a defesa do poder total do pais sobre os filhos*, quando afirmam que “os professores estariam usurpando a autoridade moral dos pais” (PENNA, 2017, p. 45).

Não há identificação dos responsáveis pela manutenção, produção e seleção de conteúdos do *site* do ESP. O mais próximo disso são as frequentes menções à Miguel Nagib, que costuma figurar como “líder teórico” – título controverso considerando a quase inexistência de produção acadêmica pró-ESP.

O incômodo com essa ausência de indicação direta das pessoas envolvidas resultou na elaboração de um mapa fotográfico dos responsáveis pelos principais conteúdos do *site* oficial<sup>6</sup> do movimento.<sup>7</sup> Isso significou buscar fotos dos autores dos artigos, vídeos e *blogs* indicados em maior destaque, traçando assim um perfil visual dessa voz conservadora.

6 O *site* foi considerado oficial porque, para além de ser o mais antigo e referenciado nas diversas outras redes sociais do ESP, é registrado junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Escola Sem Partido, cujo endereço associado no cadastro da Receita Federal é uma casa de luxo no Lago Norte, em Brasília, e o celular cadastrado é o de Miguel Nagib.

7 Ver: [www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org).

Figura 1 – Perfil visual dos principais mencionados como referência no site do ESP



Fonte: elaborada pelo autor.

O retrato formado pelos contribuidores do *site* tem um claro padrão: o conteúdo é produzido por pessoas brancas, predominantemente homens e majoritariamente sem formação acadêmica em educação ou áreas correlatas, do que se deduz que as ideias ali propagadas tendem a refletir o que são anseios próprios desse grupo social.

No discurso do ESP, há uma associação frequente de que as ideias defendidas pelo grupo são posicionamentos da sociedade em geral. Segundo Nagib,

A sociedade repudia esse tipo de comportamento por parte dos professores, os pais não aceitam e são pais com pontos de vista e com, vamos dizer assim, com convicções políticas, ideológicas e religiosas muito diferentes. E eles repudiam esse tipo de abuso porque ninguém quer que o seu filho seja educado por um terceiro. Os pais reivindicam, com justiça, o direito de educar seus próprios filhos. (O escola [...], 2020).

A falta de evidências sobre essas afirmações é notada em falas mais recentes do próprio Nagib, que em entrevista concedida à Rádio Guaíba em 25/08/2020<sup>8</sup> afirma que não tinha apoio e que o tema não está na cabeça da sociedade. Segundo ele por falta de suporte de pessoas de maior influência como políticos e artistas.

8 Fundador do ESP explica porque se desligou do movimento, 2020.

## Análise de dados: há doutrinação ideológica nas escolas?

Considerando a capacidade de quantificar percepções subjetivas, incluir um volume amplo de variáveis e coletar informações de uma amostra mais ampla de população com custos mínimos (Glasow, 2005), o trabalho fundamental da pesquisa que deu origem a este artigo adotou a metodologia de pesquisa por *survey*.

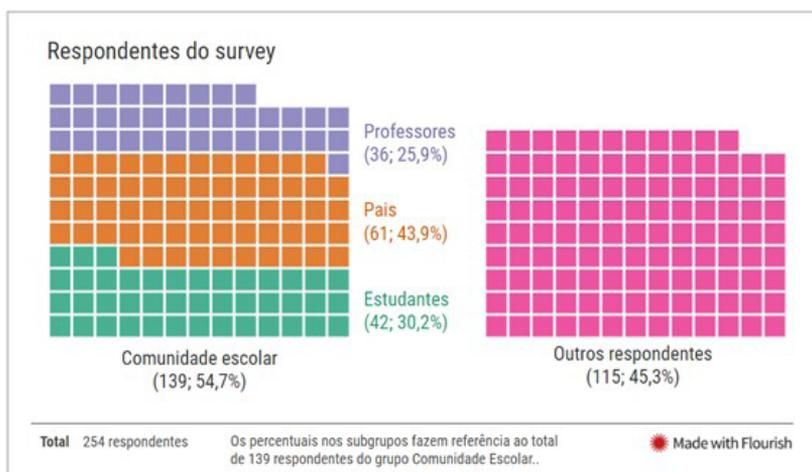
Outro ponto-chave nessa escolha tem referência nas reflexões de Haguette (1995) sobre a ética de produzir uma ciência que possa ser socializada tanto em seus processos de produção quanto usos. Esse princípio se reflete aqui na busca da escuta das comunidades escolares, bem como na geração de um produto que permita dar algum nível de visibilidade à suas percepções.

O levantamento mapeou a percepção de pais, estudantes e professores sobre temas-chave da discussão, como a função da escola e o trabalho realizado pelos professores em sala de aula. Também foram coletados dados socioeconômicos e de perfil político dos respondentes, permitindo a análise dessas percepções em diálogo com variáveis como faixa de renda familiar, cor, gênero e tendência política.

Foram 254 respostas<sup>9</sup>, sendo 139 delas das comunidades escolares. Para analisá-las, essa sessão do artigo será dividida em três partes: 1) uma caracterização geral dos respondentes; 2) detalhes sobre o perfil político de pais, professores e estudantes; e 3) suas percepções sobre o trabalho dos professores, a qualidade das aulas e a função da escola.

9 Notas metodológicas: foi elaborado um relatório semiestruturado com linguagem simples e objetiva, para que fosse acessível a qualquer público. Ele foi aplicado apenas *on-line*, pela plataforma Google Forms, escolhida pela gratuidade e qualidade dos recursos. O questionário teve como título "Política e educação", sem menção ao ESP de forma a evitar influência dessa informação nas respostas. A divulgação foi feita por meio de grupos temáticos de escolas, de vestibulandos e de professores em redes sociais como Facebook e Whatsapp. Também pelo Twitter através de *hashtags* de grande alcance – como as *tags* "segue de volta", por exemplo – e *mailings* aleatórios encontrados em buscadores *on-line*. As respostas foram recebidas majoritariamente entre setembro de 2019 e janeiro de 2020.

Figura 2 – Gráfico respondentes



Fonte: elaborada pelo autor.

## Caracterização do grupo pesquisado

As respostas chegaram majoritariamente do Sudeste (75,5%), dessas um percentual significativo da rede privada (46%). Quando comparamos com as matrículas na educação básica (INEP, 2019), verifica-se uma concentração maior desses dois grupos nos dados levantados, uma vez que apenas 39% das matrículas no Brasil são do Sudeste e apenas 23% das matrículas no Sudeste são da rede privada (19% no Brasil).

É também um grupo mais feminino, com 60,4% de mulheres, e mais branco, com 58,3% de respondentes brancos e 39,5% pretos<sup>10</sup>. A faixa etária variou alinhada ao perfil dos grupos, com os estudantes concentrados entre os mais jovens, pais entre 30 e 59 anos e professores distribuídos nas diversas faixas. Já em termos de renda, os dados apresentam uma pequena concentração em faixas mais altas.

Esse detalhamento dos dados nos leva ao recorte para o qual os resultados dessa pesquisa poderão ser generalizados: a região sudeste do Brasil, mais especificamente os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com uma tendência ao cenário das escolas particulares quando olhamos mais especificamente para os pais. A partir desse recorte foi feito o cálculo da margem de erro, que é de 8% para mais ou para menos, com grau de confiança de 95%<sup>11</sup>.

10 Soma de pretos e pardos.

11 O cálculo da margem de erro da pesquisa foi feito através da ferramenta oferecida pelo Survey Monkey, disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/margin-of-error-calculator/>. Além disso, para estimar o que seria o universo da pesquisa, foram considerados dados de matrículas de estudantes e professores das redes de ensino de São Paulo e Rio de Janeiro disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na Sinopse Estatística da Educação Básica do Censo Escolar de 2019.

## Perfil político das comunidades escolares

Para compreender o perfil político das comunidades escolares, o questionário aplicado contou com um teste de posicionamento político<sup>12</sup> com dez perguntas sobre temas como cotas, trabalho, sexualidade, violência e outros que costumam se apresentar de forma polarizada no debate público. Cada pergunta oferecia uma resposta “à esquerda” e outra “à direita” (classificação não exposta no questionário).

12 As perguntas foram retiradas de um quiz disponibilizado no site do jornal O Globo (Teste [...], 2015), com pequenas adaptações.

**Figura 3 – Questionário sobre tendência política**

Levantamento de tendência política			
Tema	Opções de resposta		
Violência e defesa do cidadão	O cidadão deve ter direito ao porte de arma para garantir sua segurança e a de sua família.	Pena de morte	O cidadão pensa duas vezes antes de cometer crimes hediondos em sociedades que adotam penas de morte.
	O direito ao porte e o acesso facilitado às armas somente aumentam a violência.		A pena de morte não reduz a violência; programas de ressocialização são mais eficientes.
Combate à pobreza	Programas sociais de combate à pobreza e geração de renda são privilégios e não benéficos, que estimulam à ociosidade.	Migração	Movimentos migratórios dentro do país prejudicam regiões mais ricas, e aumentam a pobreza e a violência.
	Programas sociais de combate à pobreza e geração de renda diminuem a desigualdade social e proporcionam inclusão social.		Movimentos migratórios dentro do país contribuem para o desenvolvimento dos estados e aumentam a oferta de mão de obra.
Cotas raciais nas universidades	O ingresso das universidades públicas deve obedecer à meritocracia; o estudante precisa garantir sua vaga por merecimento e não por cotas.	Movimento sindical	Os sindicatos são instituições que atuam apenas como instrumento político de partidos.
	O programa de cotas corrige um erro histórico no acesso às universidades públicas e garante a possibilidade do ingresso desses grupos ao ensino superior.		Os sindicatos são instituições importantes para a defesa dos direitos dos trabalhadores.
Direitos trabalhistas	Para garantir o emprego, se necessário, o trabalhador deve ceder à nova realidade econômica e abrir mão de parte dos direitos trabalhistas em prol da saúde econômica.	Redução da maioridade penal	Jovens que cometem crimes precisam ser punidos como adultos; a atual legislação estimula a impunidade.
	Todos os direitos trabalhistas conquistados no país sempre devem ser preservados.		Jovens que cometem crimes devem ser ressocializados; tirar do convívio social apenas não significa que o jovem será recuperado.
Tributos	A carga tributária brasileira precisa ser revista e reduzida. O empresariado não pode ser taxado em excesso para gerar recursos que financiam a máquina administrativa e programas de inclusão.	Homossexualidade	Leis que garantam direitos civis aos homossexuais serão privilégios para uma minoria.
	Impostos devem ser mantidos para financiar programas de inclusão social, educação pública de qualidade e o sistema público de saúde.		É necessário termos leis que garantam os direitos da população LGBT, já que são constantemente violados.

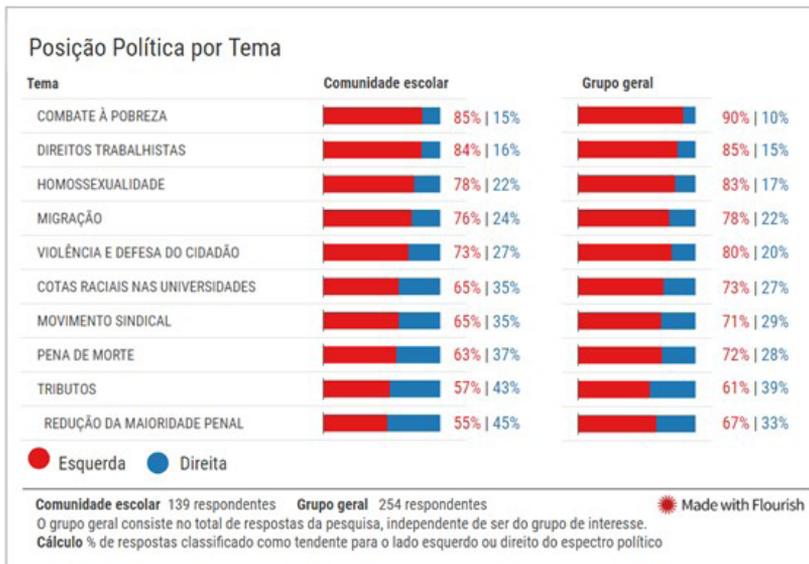
Fonte: Elaboração própria. Perguntas adaptadas de O Globo, 2015.

● Esquerda ● Direita

Fonte: elaborada pelo autor.

É válido fazer uma ressalva quanto à limitação desses conceitos para enquadrar posicionamentos políticos de forma mais complexa. Entretanto, essas classificações são essenciais para identificar tendências, justamente o objetivo da aplicação desse questionário.

Figura 4 – Gráfico – Posição política por tema



Fonte: elaborada pelo autor.

A grande maioria das respostas das comunidades escolares foi à esquerda. Para os temas de combate à pobreza e direitos trabalhistas, mais de 80% das pessoas optaram por esse perfil de respostas. Sobre os assuntos pena de morte, movimento sindical, cotas raciais, violência e defesa do cidadão, migração e homossexualidade, as opções à esquerda foram selecionadas por 60% a 80% dos respondentes. Tributos e redução da maioria penal foram os temas com mais respostas à direita, ainda assim, mais de 50% dos respondentes selecionaram a resposta “de esquerda”.

A partir desse questionário, cada pessoa foi classificada de acordo com a quantidade de respostas “de direita” e “de esquerda” pelas quais optou, em uma escala com cinco possibilidades de perfil: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Na imagem a seguir é possível observar graficamente a forma como foi feita essa classificação.

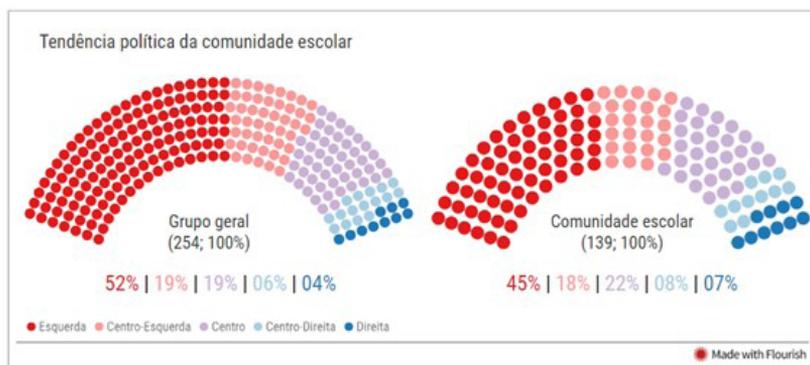
Figura 5 – Escala de tendência política



Fonte: elaborada pelo autor.

Tanto as respostas em geral, quanto as das comunidades escolares apresentaram uma concentração maior à esquerda, 52% e 45% respectivamente. Nas comunidades escolares, entretanto, há um pequeno aumento entre as pessoas de centro, centro-direita e direita. Em outras palavras, a escola não destoa do resto da sociedade em relação ao posicionamento político, como afirma o ESP, isso porque sua tendência à esquerda está alinhada à da sociedade em geral, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

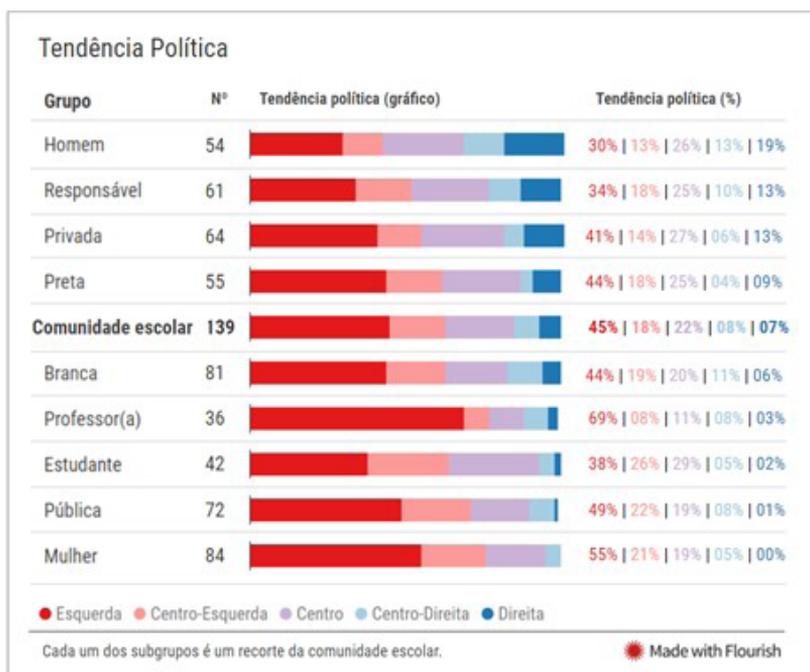
**Figura 6 – Gráfico – Tendência Política da Comunidade Escolar**



Fonte: elaborada pelo autor.

Para compreender melhor o perfil das comunidades escolares, os dados foram abertos em recortes como sexo, cor e relação com a educação. Com isso, conforme apresenta o gráfico a seguir, foi possível identificar que os principais grupos com tendência à direita são homens, responsáveis por estudantes e pessoas ligadas às escolas particulares.

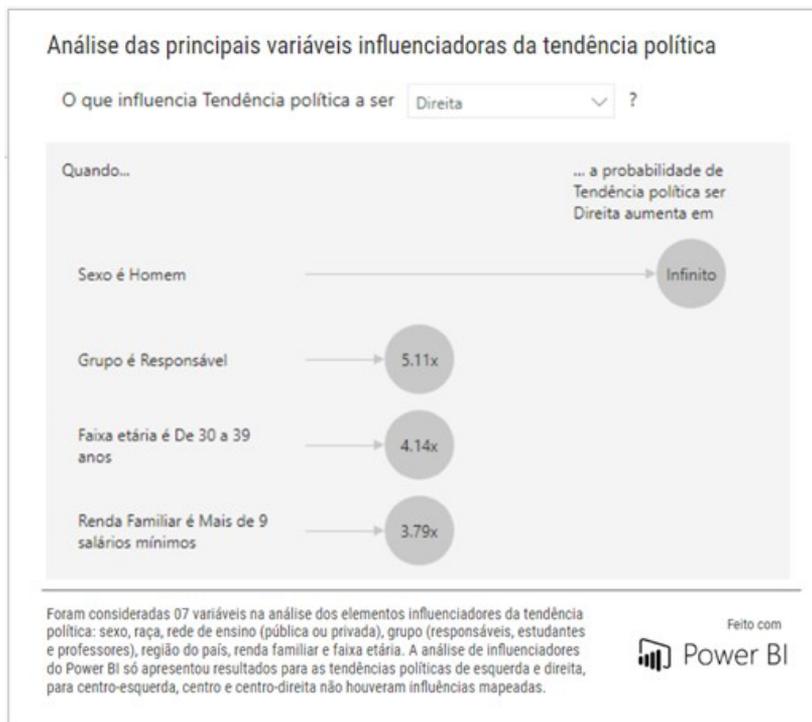
**Figura 7 – Gráfico – Tendência política por grupo**



Fonte: elaborada pelo autor.

Para ratificar essa percepção, o banco de dados foi submetido a uma análise automática do *software* Microsoft Power BI que verifica as principais variáveis influenciadoras de um determinado indicador.

**Figura 8 – Gráfico – Variáveis influenciadoras da tendência política direita**



Fonte: elaborada pelo autor.

A análise desses gráficos traz elementos muito interessantes à discussão. Um primeiro ponto é a intensidade da relação entre a variável “homem” e o indicador de tendência política “direita”, que vem reforçar a percepção gerada no início da pesquisa a partir do mapa visual de colaboradores do *site* do ESP (ver Figura 1). Há ainda a probabilidade cinco vezes maior de que um responsável de estudante de escola particular seja de direita. Trata-se de um dado que fala com mais ênfase sobre as escolas particulares, porque mais de 72% dos responsáveis que responderam a pesquisa tem seus filhos matriculados nessa rede.

Já as variáveis que influenciam o indicador tendência política a ser “esquerda” são sexo “mulher” e grupo “professores”. Entretanto, essa probabilidade não chega a ser de duas vezes maior para cada uma dessas variáveis. Em resumo, existe uma pequena probabili-

dade de que professores e mulheres tenham suas ideias tendentes à esquerda do espectro político e homens e pais, especialmente de escolas particulares, apresentam uma grande tendência de se posicionarem à direita.

Dois grupos se destacaram nesses resultados das comunidades escolares e, por isso, passaram por uma análise mais detalhada dos dados coletados. O grupo classificado como “direita” e “centro-direita”, por representar apenas 15% do total, e o grupo “professores”, por apresentar o percentual de respondentes classificados como “esquerda” 24 pontos percentuais acima da média da comunidade escolar (ver Figura 7).

No caso dos respondentes à direita e centro-direita, as características mais marcantes são o fato de serem pais, brancos e ligados majoritariamente à rede privada. Esses grupos apresentaram nas respostas qualitativas discursos mais conectados ao ESP, conforme veremos à frente. Além disso, é relevante destacar que esses grupos de direita são minoria tanto na média das comunidades escolares (15%), como nos demais recortes. Mesmo onde são mais representativos, como é o caso do recorte de homens, no qual são 30% do total, mas ainda são percentualmente menos do que os 43% de homens à esquerda.

Esse é um ponto fundamental para pensar uma das premissas do ESP, que, em geral, apresenta seu discurso como representante de toda a categoria de pais, entretanto, os pais classificados à direita, que tendem a ter um discurso mais próximo ao ESP, são apenas 23% do total.

Voltando a atenção aos professores, há também alguns destaques: 67% dos que responderam à pesquisa lecionam apenas na rede pública e 78% têm tendência política à esquerda ou centro-esquerda. Todos os professores de esquerda, centro-esquerda e centro e a maioria dos professores de centro-direita afirmam que às vezes falam sobre temas que fogem da matéria, pois isso faz parte do processo das aulas. Apenas uma pequena parte dos professores de centro-direita e os de direita afirmam que falam exclusivamente de temas das matérias.

Sessenta e quatro por cento (64%) dos professores afirmam que há opiniões políticas variadas nas escolas onde lecionam, percentual que inclui todos os espectros políticos da esquerda à direita. Dos 17% que afirmam que poucos colegas compartilham de suas opiniões, todos são classificados como esquerda, e dos 19%

que entendem que a maioria de seus colegas de trabalho pensam da mesma forma que si próprios, a maioria é de esquerda e uma pequena parte é de centro-direita.

### As comunidades escolares apoiam o Escola Sem Partido?

O terceiro eixo do *survey* trabalhou uma pergunta qualitativa: “Para você, para que servem as escolas?” Não era uma pergunta obrigatória e 125 pessoas das comunidades escolares responderam. As respostas foram analisadas e classificadas em cinco categorias, de acordo com a tendência que cada uma apresentou<sup>13</sup>.

A categoria “discurso humanista”, na qual 65% das respostas foram enquadradas, inclui os textos que descreveram a função da escola como espaço de formação de cidadãos, trabalhando tanto o ensino e aprendizado dos conteúdos, quanto a socialização e o convívio, o pensamento crítico, emocional e formação para a vida.

13 As respostas foram transcritas integralmente, conforme redigidas pelos respondentes, incluindo erros gramaticais.

*É um lugar de ampliação do aprendizado em todas as esferas humanas (linguísticas, ambientais, históricas, matemáticas, culturais etc.), de trocas de experiências, de socialização com pessoas de diferentes realidades e culturas. Portanto, o espaço escolar deve promover o acesso a bens culturais diversos, o respeito e a empatia por todos os seres, enfim construir cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres com a sociedade e o planeta (resposta classificada como ‘discurso humanista’ de uma professora de Santa Catarina que leciona na rede pública).*

*A escola deve ser um espaço de difusão, não apenas dos conteúdos tradicionalistas, mas também de discussões políticas, econômicas, sociais e econômicas, prezando pela diversidade de cada um dos alunos (resposta classificada como ‘discurso humanista’ de um aluno da Paraíba que estuda na rede pública).*

*Formar um cidadão não somente no aspecto educacional formal, mas também conscientizando-o para as questões sociais, de igualdade, civilidade, proteção ao meio ambiente e demais questões essenciais a uma nação desenvolvida e justa (resposta classificada como ‘discurso humanista’ de uma responsável de estudante da rede pública do Rio de Janeiro).*

A segunda categoria mais representada, com 11% das respostas, foi “discurso tecnicista”, que reuniu os conteúdos que classificam a escola como espaço restrito ao ensino dos conteúdos técnicos.

*Além de habituar o ser humano para o convívio em sociedade, pontualidade e aceitação de prazos e regras... Proporcionar um ensino razoavelmente básico (escrita, contabilidade e coisas do gênero) para que possam ter condições de trabalhar* (resposta classificada como 'discurso tecnicista' de uma estudante da rede pública do Paraná).

*Inclusão social através do conhecimento técnico e pela formação de redes de contato* (resposta classificada como 'discurso tecnicista' de um responsável de estudante da rede privada do Mato Grosso).

*Para formação referente ao conteúdo de educação básica* (resposta classificada como 'discurso tecnicista' de uma responsável de estudante da rede privada do Ceará).

Seis por cento (6%) das respostas foram classificadas como "discurso descrente", por despreverem a educação de forma mais desacreditada e crítica dos modelos e estruturas disponíveis atualmente.

*Hoje em dia, no Brasil atual, [a escola serve] para nada. A escola deveria ser um ambiente para trabalhar o convívio social profissional da criança/adolescente, além de incentivar responsabilidade, e mais importante, ser um lugar de lazer coletivo. Hoje em dia a escola é uma prisão (uniforme + não poder sair a qualquer horário + falta de liberdade)* (resposta classificada como 'discurso descrente' de um estudante da rede pública do Rio Grande do Norte).

*No atual modelo de ensino, apenas serve para aprender a ler e escrever* (resposta classificada como 'discurso descrente' de um responsável de estudante da rede privada do Rio de Janeiro).

Por fim, o grupo menos representativo, com 5% das respostas, foi o "discurso alinhado ao ESP". Essas respostas trouxeram elementos e jargões associados ao movimento.

*Ensinar sem manipulação ideológica* (resposta classificada como 'discurso alinhado ao ESP' de um professor das redes pública e privada do Rio Grande do Sul).

*Para ensinar (diferente de educar)* (resposta classificada como 'discurso alinhado ao ESP' de um estudante da rede pública do Rio Grande do Sul).

*Ensinar matemática, português, e socializar, pois educar é competência da família* (resposta classificada como 'discurso alinhado ao ESP' de uma responsável de estudante da rede privada de São Paulo).

Houve ainda uma categoria com 14% das respostas classificadas como “não foi possível definir (respostas curtas)”, incluindo as respostas como “educar”, “aprender”, “trazer conhecimento” e outras similares pelas quais não é possível apontar a tendência do discurso.

## Educação como campo de batalha de outras disputas

A análise dos dados permitiu a identificação do grupo defensor do ESP: são majoritariamente homens brancos, pais de estudantes, em especial da rede privada. A partir dessa identificação, há dois caminhos interessantes de serem percorridos a fim de compreender melhor os seus anseios enquanto grupo: aprofundar a sua gênese social – fundação da família brasileira – e a sua ligação com seu alvo – o papel exercido pela escola na formação de seus filhos.

Para o primeiro ponto, recorro às análises de Jessé Souza sobre a formação da sociedade brasileira apresentadas no livro *A elite do atraso* (Souza, 2017), no qual critica as interpretações clássicas de que o maior problema do país é a corrupção política – ponto que se apoia em uma série de noções equivocadas de que o povo e o Estado brasileiros são naturalmente corruptos e têm esse perfil baseado na origem ibérica, encarada como um dos pontos centrais da construção das características nacionais.

Em substituição dessas interpretações estereotipadas e distantes da realidade, Jessé oferece uma base muito mais sólida sobre os elementos que moldam a sociedade brasileira. Segundo ele, essa interpretação esconde a verdadeira base da nossa sociedade que, longe de ser composta de forma desigual e menos desenvolvida que outras por sua herança ibérica, tem na escravidão a fundação principal das relações. Assim, o período colonial que moldou a sociedade teve como base fundamental um modelo sadomasoquista de escravidão e uma família patriarcal que constituía o centro da organização social da época, a qual continha todos os elementos da sociedade: dependentes, familiares, subordinados ou escravizados pelo patriarca, que se configurava como senhor de pessoas e terras. É um homem branco cujo poder não encontrava limites, considerando seu domínio sobre o poder militar, jurídico, econômico e até mesmo religioso, em uma “organização societária [...] [que] não propicia a constituição de freios sociais ou individuais aos [seus] desejos primários de sexo, agressividade [...]” (Souza, 2017, p.

48). Nesse contexto, o discurso obcecado pelo mando dos pais no ceio da família reivindicado pelo ESP soa como uma continuidade dessa noção de família construída no Brasil colonial, centrada no patriarca com poderes ilimitados sobre todos.

Esses elementos são apresentados por Jessé Souza a partir da análise estruturada em grande parte pela leitura crítica da produção de Gilberto Freire, em especial na obra *Casa-grande e senzala*, na qual é possível compreender com riqueza de detalhes as expressões mais cotidianas desse mando sem freios nas relações entre o patriarca e todos ao seu entorno. Além disso, Souza analisa também *Sobrados e mucambos*, obra que retrata um momento histórico posterior, no qual se apresenta um ponto de inflexão na configuração social brasileira que desestabiliza a configuração colonial. No processo de urbanização do país e estruturação do Estado e suas instituições, constitui-se uma esfera pública que recua o poder patriarcal para dentro das casas. Isso porque no espaço público começam a se apresentar restrições e questionamentos a ele, mesmo que na época – e ainda hoje – limitados, há ainda, por exemplo, uma hegemonia de homens brancos nos cargos e espaços de poder.

Esse primeiro questionamento ao poder patriarcal seguiu se expandindo. Com a ascensão de direitos de cidadania, antirracistas, feministas e LGBTQIAPN+, em especial no período de redemocratização após a Ditadura Militar de 1964, esse poder é questionado até mesmo de “dentro de casa”, onde havia se escondido das críticas da esfera pública. E é justamente nesse ponto que encontramos um dos *fronts* do Escola Sem Partido que, obcecado pelas questões de gênero, demonstra em seus discursos e jargões uma autoafirmação desse poder, como no depoimento a seguir publicado no *site*.

Já estou de saco cheio dessa doutrinação esquerdopata que esses professores fazem com nossos filhos. Coloco meus filhos na escola para aprenderem Matemática, Física, Química, Biologia, Português etc, e não pra serem doutrinados em ‘valores’ morais de esquerda. Valores dou eu que sou pai. Religião ensino eu que sou pai. Sexualidade mostro eu que sou pai. Política ensino eu que sou pai. [...]. Não bastasse difundir esse conteúdo lixo de gênero na sala de aula, massacrando alunos despreparados com suas teorias e visão distorcida do mundo, agora ‘obrigam’ esses alunos serem cúmplices na divulgação dessa agenda nefasta [...] (Mensagem [...], 2016).

A análise de Jessé Souza nos auxilia na compreensão da construção social desse grupo defensor do ESP, mas é fundamental compreendermos também a escolha da escola como seu alvo. Enquanto instituição, a escola tem a capacidade de impactar a forma como o pensamento de uma sociedade se estrutura. As reflexões de Pierre Bourdieu sobre o papel de integração cultural exercido pela escola explicam de maneira cirúrgica o porquê de a escola ser um ponto base no discurso conservador brasileiro – hoje expresso no bolsonarismo e tendo como carro-chefe o Escola Sem Partido. Segundo o autor, “[...] os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referidos ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e constituí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamento comuns a toda uma geração” (Bourdieu, 2007, p. 208).

Bourdieu trabalha esse papel da escola tendo em mente seus tipos de perfis – cristãs, preparatórias para o vestibular, militares, humanistas etc. – que criarão certas tendências de formação para seus estudantes.

Enquanto ‘força formadora de hábitos’ a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivados (Bourdieu, 2007, p. 211).

Esse raciocínio também é fértil quando pensamos na escola de forma mais ampla, como instituição pela qual a grande maioria da juventude brasileira tem passado e na qual convivem cotidianamente com a diversidade – em especial das escolas públicas – tanto entre funcionários com diversas formações e funções, quanto estudantes e pais. Elas são, então, um espaço obrigatório de convívio com essa esfera pública da qual o poder patriarcal tenta se esquivar. Uma dessas esquivas se apresenta justamente na forma do ESP, que quer retirar da escola seu caráter plural, selecionando temas que não podem ser abordados, na tentativa de impedir que os jovens, no convívio com pensamentos diferentes dos de seus pais, possam eventualmente discordar deles.

O ESP, desse modo, tenta barrar essa força de mudança que vem ganhando, muito lentamente, a disputa contra o poder pa-

triarcal. Do poder absoluto do homem branco senhor de terras e pessoas no período colonial até os dias de hoje, houve uma perda de poder significativa que se impôs, para além de grandes acontecimentos como a abolição da escravidão ou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, nos questionamentos lentos e cotidianos.

À despeito da importância desses grandes acontecimentos, que não pretendo aqui diminuir, “[...] o campo cultural transforma-se por reestruturações sucessivas e não através de revoluções radicais” (Bourdieu, 2007, p. 208). É no questionamento cotidiano que essas mudanças ganham fundação na sociedade, se consolidam enquanto estrutura e por isso tem sido o foco da artilharia do ESP, que tem, na verdade, um partido e interesses bem definidos e sem relação com questões pedagógicas.

### O partido do escola sem partido

Não há dados que embasem as afirmações do ESP de que as escolas têm sido espaço de doutrinação ideológica de esquerda pelos professores e que esse tema é uma preocupação compartilhada pela sociedade. O resultado dessa pesquisa identificou que, pelo contrário, as escolas possuem um espectro amplo de posicionamentos e uma maior tendência às ideias “de esquerda”, perfil político muito semelhante ao da sociedade em geral. Já o grupo mais alinhado às ideias do Escola Sem Partido não é diverso: se concentra em uma pequena parcela homens brancos, pais de estudantes, em especial de escolas particulares.

Considerando que as premissas do discurso do ESP não se refletem nos dados sobre as escolas, a análise focada em compreender a gênese social desse grupo permitiu identificar com maior objetividade quais são os interesses que os levam à essa empreitada contra o trabalho desenvolvido pelos professores nas escolas.

A gênese dos homens brancos brasileiros, enquanto grupo social, remete ao período colonial que fundou relações de poder patriarcais que os posicionaram no topo da pirâmide social. Esse lugar de poder ainda vivo, vivíssimo, que garante a eles uma série de privilégios nas relações de classe, raciais e de gênero, vem sendo questionado ao longo de décadas em diversos espaços do debate público – entre eles o campo da educação. Assim, o poder

do patriarca é ameaçado quando debates sobre gênero, sexualidade e relações raciais chegam à sua família e, por isso, os homens que se sentem ameaçados nesse lugar de poder se mobilizam politicamente para impedir que as ideias divergentes das suas cheguem aos seus filhos.

Os defensores do ESP são conservadores de extrema direita – o que é possível identificar tanto a partir dos dados do *survey*, quanto por meio da análise do discurso do ESP e da extrema direita, que ganhou grande espaço na política brasileira nos últimos anos, alcançando o Poder Executivo Federal com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A educação sob gestão Bolsonaro/Escola Sem Partido sofreu com a interpretação completamente equivocada sobre as necessidades da educação brasileira, desses que estão no mesmo campo intelectual dos negacionistas da ciência, ignorando as análises dos especialistas em educação e focando em preocupações morais que, como essa pesquisa pôde evidenciar, são descoladas da realidade das escolas. Na prática, essa realidade é pautada em uma enorme lista de problemas: evasão escolar, estruturas físicas precárias, dificuldade de acesso à educação pública de qualidade fora das capitais e cidades maiores, número de vagas nas universidades públicas muito aquém do volume de vestibulandos, ausência de creches nas periferias, falta de funcionários nas escolas, desvalorização dos profissionais de educação, índices de qualidade das escolas públicas estaduais muito abaixo da média das escolas federais e técnicas, entre outros.

A gestão Bolsonaro teve cinco Ministros da Educação diferentes anunciados em quatro anos. O cargo foi ocupado por mais tempo por Milton Ribeiro, um pastor de Igreja Presbiteriana, o que fala muito sobre o alinhamento de sua gestão à ideologia do Escola Sem Partido. Foi ele quem esteve à frente do imenso desafio da gestão da Educação durante a pandemia de covid-19, com a suspensão de aulas presenciais, com impactos previstos para o processo educativo, em especial nos estudantes das escolas públicas, que prometem se estender pelos próximos anos.

Um hiato, esses últimos anos não apresentaram respostas efetivas aos problemas da educação, se esquivando do debate público e definindo prioridades completamente descoladas das necessidades das comunidades escolares – como o combate à suposta “doutrinação de esquerda” e o avanço da perigosíssima “ideologia de gênero”. Em março de 2022, Ribeiro pediu exoneração após denúncias de

um esquema de corrupção no ministério e em junho do mesmo ano teve prisão decretada pela Justiça Federal.

O bolsonarismo segue se valendo de uma retórica de “representantes da maioria”, uma retórica que essa pesquisa pôde evidenciar ser demagógica, uma vez que não se sustenta quando confrontada aos dados – tampouco quando encarou as urnas no final de 2022. Essa constatação coloca em questão um tema da ordem do dia: o anticientificismo tem ganhado espaço no debate público com uma série de avaliações e diagnósticos sobre a sociedade brasileira que foram, na verdade, tirados da imaginação fértil de conservadores apavorados com as mudanças sociais.

É por essa razão que a expressão “mito” é a mais adequada para falar da “doutrinação ideológica de esquerda” que preocupa os partidários do Escola Sem Partido. Segundo o dicionário Michaelis, os significados da palavra estão ligados ao que não pode ser comprovado, que é fantasioso. Em sentido figurado, mito pode ser definido como “Representação de fatos ou de personagens distanciados dos originais pelo imaginário coletivo ou pela tradição que acabam por aumentá-los ou modificá-los” (Mito, 2015). Na prática, essa mítica doutrinação ideológica não é identificada pela maioria esmagadora dos professores, tanto os politicamente tendentes à esquerda quanto à direita, tampouco pela grande maioria dos estudantes e pais.

Quanto às preocupações palpáveis, fica a necessidade de escutar e valorizar a ciência. É necessário que tanto na educação, quanto na saúde, na justiça e nas demais instituições da nossa sociedade ouçamos à racionalidade na tomada de decisões. Experimentamos os amargos efeitos da retirada do elemento técnico e científico da definição das políticas públicas, e as inúmeras mortes evitáveis por covid-19 demonstraram da maneira mais desoladora o resultado dessa escolha.

Hoje, um novo período se desenha, com diretrizes de priorização da educação propostas por Lula e a frente ampla que o acompanha nesse terceiro mandato. Segue necessário acompanhar como e para onde se moverão os partidários do ESP e suas pautas, agora novamente em posição de oposição. É importante concluir lembrando que, para construirmos um futuro mais justo e democrático, não podemos esquecer que o oposto do negacionismo é a ciência, é a educação, as únicas vacinas possíveis contra o obscurantismo que segue à espreita.

## Referências

- AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- BICALHO, P. P. G. D.; CUNHA, F. L. D.; SANTA BÁRBARA, I. S. M. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, G. *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2017. p. 106-120.
- BOURDIEU, P. Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento. In: BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 203-222.
- FRIGOTTO, G. *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2017.
- FUNDADOR do ESP explica por que se desligou do Movimento. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (28 min). Publicado pelo canal Escola sem Partido. Disponível em: <https://bit.ly/3cIwqfr>. Acesso em: 7 set. 2020.
- GLASOW, P. A. *Fundamentals of Survey Research*. MITRE, Virginia, 2005.
- HAGUETTE, T. M. F. Pesquisa-ação e pesquisa participante. In: HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 109-170.
- INSTITUTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. Brasília, DF: Inep, 2019.
- MENSAGEM enviada por Moisés de Oliveira Andrade, em 12.07.2016. *Escola sem Partido.Org*, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/mensagem-enviada-por-mois-es-de-oliveira-andrade-em-12-07-2016/>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, p. 725-747, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- MITO. In: DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis. São Paulo: Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mito/>. Acesso em: 5 maio 2021.
- NAGIB, M. Sobre Nós. *Escola Sem Partido*, [s. l.], 11 nov. 2004. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20041011205816/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,topico,2,20,new\\_topic](https://web.archive.org/web/20041011205816/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,topico,2,20,new_topic). Acesso em: 10 jul. 2022.

O ESCOLA sem Partido e o STF - Live 2. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (77 min). Publicado pelo canal Escola sem Partido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=junIIFx9GSo>. Acesso em: 16 ago. 2020.

PENNA, F. Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional no Brasil. In: FRIGOTTO, G. *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2017. p. 35-48.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei nº 2974, de 15 de maio de 2014. Cria, no âmbito do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, o "Programa Escola Sem Partido". *ALERJ*, Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <https://bityli.com/6cCyM5>. Acesso em: 2 jul. 2019.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei nº 867, de 20 de junho de 2014. Cria, no âmbito do sistema de ensino do Município, o "Programa Escola Sem Partido". *ALERJ*, Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <https://bityli.com/VkhrWT>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SANTOS, R. C. G. D.; SIQUEIRA JÚNIOR, A. A. D. Políticas públicas educacionais brasileiras na contramão das orientações dos organismos mundiais: o caso do projeto Escola sem Partido. *RIESED - Revista Internacional De Estudios Sobre Sistemas Educativos*, v. 2, n. 7, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/37G87fu>. Acesso em: 23 out. 2020.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa Editora Ltda, 2017.

TESTE: identifique seu perfil ideológico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/33RXGmP>. Acesso em: 1 set. 2019.

---

Submetido em: 10/07/2022  
Aprovado em: 01/07/2023